

Identidade e categorização social

Jean-Claude DESCHAMPS *

Pretendemos, neste artigo, abordar certos processos relacionados com as interacções entre grupos, e entre o próprio e o outro. Se bem que a problemática das relações entre grupos seja uma preocupação antiga da psicologia social (Le Vine e Campbell (1972) numa obra de síntese das diferentes teorias sobre o etnocentrismo, referem que as noções de «in-group» e de «out-group»¹ são utilizadas desde 1906 por Sumner), os estudos neste domínio têm-se desenvolvido dentro de uma perspectiva eminentemente descritiva.

Foi só nos anos cinquenta que Sherif (por exemplo, Sherif e col., 1961; Sherif, 1966) nos trouxe uma formulação teórica permitindo analisar certos tipos de relações entre grupos. A teoria de Sherif, no entanto, apesar da importância de que se reveste, refere-se sobretudo às interacções cooperativas e competitivas entre grupos, o que é insuficiente para explicar outras modalidades de relações entre grupos. A competição entre grupos

não seria uma condição necessária para criar comportamentos de diferenciação entre os grupos e dentro deles, tal como Sherif supunha na sua teoria do conflito objectivo de interesses. Em 1964 Ferguson e Kelley, por exemplo, mostraram que na ausência de qualquer competição explícita, os sujeitos tinham tendência a avaliar de forma mais favorável os resultados dos membros do seu grupo do que os de membros de um outro grupo.

As investigações sobre a categorização tornaram possível um novo desenvolvimento dos trabalhos sobre as relações entre grupos. A origem dos trabalhos sobre a categorização encontra-se na introdução feita por Bruner (1957, 1958) do conceito de categoria no âmbito da sua teoria da percepção. Para este autor, toda a percepção compreende uma acção de categorização. A categorização «depende de um sistema de categorias em função das quais se classifica os estímulos, (se) lhes dá uma identidade e uma significação mais complexa que numa classificação», e esses sistemas de categorias são «elaborados com base na inferência da identidade, a partir de índices ou de sinais» (Bruner, 1958, p. 42). De facto, um estímulo perceptivo será colocado por um indivíduo numa categoria de elementos em função das suas semelhanças e diferenças em relação aos outros elementos das diferentes categorias possíveis; uma vez constituídas estas categorias, a pertença de um ele-

* Prof. na Universidade de Lausanne.

Investigação feita no âmbito do contrato número 1.707.0.78 com o Fonds National Suisse de la Recherche Scientifique.

¹ Empregaremos de agora em diante «grupo-próprio» para «in-group» (no original a tradução utilizada é «intra-groupe») e «grupo-dos-outros» («hors-groupe» no original) para «out-group».

mento a uma categoria é utilizada para associar a este elemento as características dessa categoria.

A partir da «Nova Vaga» dos estudos sobre a percepção iniciada por Bruner, Tajfel (1959) e depois Wilkes (1963) desenvolve o modelo de processo de categorização referente às modalidades segundo as quais o indivíduo organiza a sua experiência do meio físico e social. Este modelo permite descrever de que forma as pertenças categoriais diferentes de vários estímulos levam, ao nível da percepção e das avaliações feitas sobre estes estímulos pelos indivíduos, a uma acentuação das diferenças entre estímulos pertencentes a categorias diferentes, e das semelhanças entre estímulos pertencentes a uma mesma categoria.

Em 1971, Tajfel, Billig, Bundy e Flament elaboraram uma experiência que visa determinar as condições mínimas para o aparecimento de um comportamento de discriminação entre grupos. Estes autores mostraram que quando se separa os alunos de uma mesma turma em dois grupos, aparentemente com base nas suas preferências estéticas (mas de facto de forma arbitrária), o dos alunos que se considera terem preferido as obras de Klee e o dos alunos que se considera terem preferido as obras de Kandinsky, e se pede a estes alunos que decidam a remuneração que os seus colegas devem receber pela participação na experiência, o comportamento dos sujeitos é determinado por normas de favoritismo em relação ao grupo de pertença (se bem que uma tendência para não se afastarem de uma justa repartição dos ganhos sugira a existência de uma norma conjunta de equidade entre os grupos). Desde então, um grande número de investigações utilizando o «paradigma dos grupos mínimos» criado por esta investigação de Tajfel e col. tem analisado a forma como os sujeitos dividem entre si o dinheiro (ou os pontos, que só têm um valor simbólico), conforme sejam (ou não) colocados numa ou noutra das categorias sociais «mínimas» introduzidas experimentalmente. Dir-se-ia que a simples indução experimental da clivagem de uma população em dois grupos «mínimos» e pouco importantes, leva os indivíduos a comportarem-se de forma diferente relativamente ao seu grupo e ao outro grupo. Os sujeitos teriam tendência a favorecer os membros do seu grupo de pertença procurando não só estabelecer uma distinção positiva entre o seu grupo de pertença e o outro grupo (por exemplo remunerando mais

os membros do seu grupo do que os do outro grupo), como chegando ao ponto de diminuir os seus ganhos em valor absoluto a fim de marcar esta diferença avaliatória. A simples indução nos sujeitos da representação de um meio social composto de um grupo-próprio e de um grupo-dos-outros levaria a comportamentos discriminativos a favor do grupo-próprio.

Turner (1975a, 1978), retomando e desenvolvendo os trabalhos de Tajfel (Tajfel e col., op. cit.; Tajfel, 1970; Tajfel, 1972) sobre a categorização social avançou a tese segundo a qual a categorização social *só por si* não seria suficiente para podermos observar comportamentos discriminatórios entre grupos. Este autor defende, nos trabalhos citados, que os comportamentos de discriminação entre grupos seriam devidos ao facto da categorização experimental em dois grupos distintos ser a única categorização existente e possível através da qual, nesta situação específica, os sujeitos podiam exprimir o seu «desejo» de auto-avaliação positiva. Segundo Turner, se os sujeitos tivessem a possibilidade de se favorecer a si próprios não se observariam comportamentos discriminativos entre grupos e, se há uma discriminação entre o próprio e o outro não há discriminação entre o grupo-próprio e o grupo-dos-outros.

Para Turner, o que está subjacente ao processo de categorização social é a tendência a estabelecer uma distinção positiva entre o próprio e o outro. Como já o fizemos notar (Deschamps, 1979), a diferenciação categorial seria simplesmente o meio de satisfazer esta «necessidade» através do que o autor denomina de competição social. Nesta perspectiva, a noção de competição social leva-nos novamente ao estabelecimento de uma diferenciação entre grupos a favor do seu próprio grupo; assim, o «desejo» de uma auto-avaliação positiva está associado à comparação mútua, e é esta «competição», cujo objectivo é uma auto-avaliação positiva, que se designa por competição social.

Estas ideias de Turner desenvolvem a tese avançada em 1972 por Tajfel que articula a categorização social e a noção de identidade social. Para Tajfel, é através da(s) sua(s) petença(s) categorial (categoriais) que o indivíduo elabora a sua identidade social. A identidade será positiva se a(s) categoria(s) de pertença pode(m) ser comparada(s) de forma favorável com outras categorias do meio social, e negativa no caso contrário. A comparação

que se realiza através ou entre os grupos tem por objectivo estabelecer uma distinção entre o seu próprio grupo e os outros grupos. Esta comparação é diferente da comparação social ao nível inter-individual (Festinger, 1954) segundo a qual as pessoas procuram releccionar-se com indivíduos que se pareçam consigo (ou com quem ele se pareça). Esta especificidade da interacção dos grupos relativamente à dos indivíduos parece ter desaparecido para Turner, para quem os processos de diferenciação categorial se devem, como vimos, em última análise, à procura de uma identidade social positiva através da identificação com uma categoria.

Recordemos brevemente o procedimento e alguns dos resultados de uma experiência feita por Turner (1975a), com o objectivo de obter um princípio de verificação empírica para as suas posições teóricas. Nesta investigação, o autor procurava não só analisar a discriminação entre grupos mas também a discriminação entre o próprio e o outro. Numa das condições, a condição PO-OO, cada sujeito começava por atribuir dinheiro (ou pontos) directamente a si próprio e a outro (anónimo e categorizado exclusivamente pela sua pertença categorial), sendo este outro ou do grupo do sujeito ou do outro grupo (escolha PO, ou seja, Próprio-Outro), e seguidamente atribuía dinheiro ou pontos a dois outros indivíduos, um membro anónimo do grupo-próprio e um membro anónimo do grupo-dos-outros (escolha OO, ou seja, Outro-Outro). Numa segunda condição (a condição OO-PO), os sujeitos começavam por fazer as escolhas OO, e faziam em seguida as escolhas PO. Os resultados desta investigação mostram que os sujeitos nas escolhas PO têm geralmente mais tendência a se favorecerem em relação ao outro do que a favorecerem o grupo-próprio em relação ao grupo-dos-outros. A tendência para o autofavoritismo teria mais influência sobre o comportamento dos indivíduos do que o favoritismo intragrupo. As conclusões que Turner retira da experiência são as de que os sujeitos agem em termos de uma diferenciação entre grupos se essa diferenciação representa para eles a única forma de chegarem a uma auto-avaliação positiva, de terem uma identidade positiva. Se os sujeitos podem actuar em termos de uma diferenciação entre o próprio e o outro, a tendência intergrupos não se manifesta (condição PO-OO). Será então a partir do momento em que os fenó-

menos de identificação ao grupo permitem uma identidade positiva (quando os sujeitos começam pelas escolhas OO, portanto na condição OO-PO) que aparece a tendência intergrupos. Por outras palavras, a categorização *per se* não seria suficiente para provocar uma diferenciação entre grupos.

Estes resultados obtidos por Turner sugerem-nos alguns comentários. Para este autor, «na experiência de Tajfel e col., não seria a divisão em grupos a causa da discriminação mas (o facto) da divisão em grupos ser a única categorização existente pela qual se podia exprimir uma motivação mais fundamental: ... o desejo de auto-avaliação positiva na situação experimental» (Turner, 1975a, p. 20). Nós avançamos a hipótese segundo a qual, em certas condições da experiência de Turner não seria a divisão em termos de Próprio-Outro a causa da discriminação, mas antes o facto da divisão nestes termos ser a única categorização existente, ou pelo menos a categorização mais forte através da qual os sujeitos *podiam dar um sentido* à situação experimental. Nas investigações sobre a categorização social que procuram determinar as condições mínimas que dão origem à diferenciação categorial, os sujeitos «adoptam uma estratégia fundamentada no estabelecimento de uma distinção entre o seu grupo e o outro grupo», o que «dá sentido a uma situação que de outra forma seria vazia» (Tajfel, 1972, p. 298); do mesmo modo, não é de estranhar que um sujeito que tanto pode valorizar-se a si próprio como a certos membros *anónimos* da sua categoria de pertença criada experimentalmente, prefira estabelecer uma distinção entre si e o outro e não uma distinção entre indivíduos anónimos pertencendo a duas categorias mínimas diferentes. Consideraremos, portanto, a situação na qual os sujeitos devem atribuir dinheiro (ou pontos) a si próprios e a um outro membro anónimo da sua categoria de pertença ou da outra categoria (escolha PO na experiência de Turner), como uma situação de «competição» entre o próprio e um outro «generalizado», e não como uma situação de competição simultaneamente entre o próprio e o outro e entre o grupo-próprio e o grupo-dos-outros. A diferenciação entre o próprio e o outro poderia assim não ser devida, como pretende Turner, a um «desejo» de auto-avaliação positiva; ela dever-se-ia ao facto de, na situação experimental, o próprio ser o único termo, o único elemento identificado (por definição), sendo o outro sempre anónimo e ca-

racterizado pela sua simples pertença categorial (pertença esta que só definiria subcategorias da categoria genérica de «Outro»).

É necessário voltarmos agora a abordar a interpretação de Turner segundo a qual, a partir do momento em que os sujeitos começam por utilizar a identificação com o grupo para obter uma avaliação positiva de si próprios continuarão a utilizar esta clivagem em dois grupos nas situações posteriores (condição OO-PO). Não nos parece necessário apelar ao desejo de auto-avaliação positiva ou à hipótese da identificação com o grupo de pertença para explicar os resultados. Parece-nos, sim, que uma vez introduzida a categorização na situação, (que na nossa opinião é feita em termos de grupo-próprio e grupo-dos-outros nas escolhas OO da condição OO-PO) ela continuará a determinar o comportamento dos sujeitos, mesmo quando se lhes apresenta em seguida uma nova dimensão da categorização (quando se junta nas escolhas PO a categorização próprio/outro à categorização grupo-próprio/grupo-dos-outros). Recorde-se, por outro lado, que na condição PO-OO, a categorização introduzida inicialmente na situação (categorização que é feita em termos de próprio/ outro membro do grupo-próprio ou do grupo-dos-outros nas escolhas OO) não pode continuar a determinar o comportamento dos sujeitos visto que se lhes apresentava na segunda fase da experiência (escolha PO) uma categorização na qual um dos elementos da primeira categorização (o próprio) tinha desaparecido.

Estes são alguns dos comentários que o modelo de Turner e as observações empíricas que lhe servem de fundamento nos suscitam e que nos conduziram à investigação que apresentaremos em seguida.

O objectivo desta experiência é, pois, o de mostrar que este «efeito de ordem» posto em evidência por Turner só se manifesta quando para um indivíduo os outros são anónimos, e que basta torná-los mais «visíveis» (dando-lhes um nome, identificando-os) para que o efeito de ordem desapareça. Para isso, acrescentámos às situações de Turner, onde o outro é anónimo e definido unicamente pela sua simples pertença categorial, as condições em que o outro é nomeado, identificado, com uma pertença categorial específica. Além disto, e tal como na experiência de Turner, procurámos também analisar a diferenciação entre grupos (ao nível do que anteriormente designámos por es-

colhas OO) e a discriminação entre o próprio e o outro (escolhas PO), controlando a ordem destas escolhas OO e PO. O efeito específico deste factor identificado/anónimo foi também controlado, colocando certos sujeitos em situações em que não se referia nem a pertença categorial do próprio nem a do outro.

MÉTODO

O método desta experiência é muito semelhante ao procedimento clássico de Tajfel e col. (1971).

Sujeitos

Os sujeitos da experiência foram 88 alunas da Ecole-Normale de filles de Délémont (Suíça), com idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos. Em cada uma das sete turmas usadas para esta experiência havia um número igual de sujeitos em cada condição experimental.

Primeira fase da experiência

A primeira parte da experiência era igual para todos os sujeitos e a investigação era-lhes apresentada como um estudo sobre preferências estéticas. Os estímulos eram 12 diapositivos que reproduziam quadros de Klee e de Kandinsky. Estes diapositivos eram apresentados aos pares em dois *écrans* colocados na frente dos sujeitos; pedíamos aos sujeitos para indicarem numa folha de respostas individual qual dos dois diapositivos de cada par preferiam. Os sujeitos não sabiam qual era o autor de cada quadro, e não aparecia nenhuma assinatura nos diapositivos. As folhas de respostas eram seguidamente recolhidas e corrigidas (supostamente) por um assistente do experimentador, a fim de determinar qual o pintor preferido de cada um dos sujeitos (de facto, na sequência da experiência dizia-se a cada sujeito que se encontrava na condição de categorização segundo a sua preferência por um ou outro pintor, mas de forma aleatória). Durante esta pseudocorreção, o experimentador dizia aos sujeitos que também estava interessado nos «processos de tomada de decisão» e dava-lhes um exemplo do que teriam de fazer em seguida. A matriz que se segue, não utilizada posteriormente na experiência, era então distribuída a cada um dos sujeitos:

14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2

O experimentador explicava então aos sujeitos o que esperava deles e em que consistia a tarefa.

Segunda fase da experiência

A segunda parte desta experiência era, portanto, apresentada como uma investigação sobre a tomada de decisão. Cada sujeito recebia um caderno com 32 matrizes (uma por página). Em 16 destas matrizes (escolha OO), os números da linha de cima, bem como os da linha de baixo, representavam os pontos dados a um outro (O) que, em função das condições experimentais, pertencia a um grupo ou não e era anónimo ou identificado. Nas condições «Categorização», se os números de uma linha representavam os pontos para um indivíduo do mesmo grupo que o sujeito (grupo-próprio: GP), os números da outra linha representavam os pontos para um sujeito do outro grupo (grupo-dos-outros: GO). Na outra metade das matrizes (escolha PO), os números de uma linha representavam as escolhas para o próprio (P) e os números da outra linha os pontos atribuídos ao outro (O), sendo este outro, consoante as condições experimentais, membro de um grupo ou não, e anónimo ou identificado. Nas condições «Categorização», este outro pertencia tanto ao grupo do sujeito (GP) como ao outro grupo (GO), conforme as situações.

Pedia-se aos sujeitos que lessem atentamente as instruções que se encontravam na primeira página do caderno e que respondessem em função do que se lhes pedia para fazer nesse texto. Havia uma parte das instruções que era igual para todos os sujeitos:

«Neste momento estamos interessados nos processos de tomada de decisão. Pedimos-lhe que preencha cada uma das páginas deste caderno, começando pela primeira e sem se esquecer de nenhuma. Em cada página vai escolher um elemento da matriz e registará no fundo da página os pontos que correspondem à sua escolha. Os pontos que figuram em cada elemento não têm nenhum significado particular, mas pedimos-lhe que considere este trabalho como um jogo em que se joga para conse-

guir pontos e em que se pretende obter o máximo de pontos possível.»

Uma vez preenchidos estes cadernos de matrizes, dizíamos aos sujeitos que a sua colaboração tinha terminado e nessa altura explicávamos os verdadeiros objectivos desta investigação.

Condições experimentais:

O resto das instruções diferia um pouco em função dos grupos experimentais. Tínhamos três variáveis independentes:

- a variável Categorização/Não Categorização: C/\bar{C}
- a variável outro identificado/outro anónimo: I/\bar{I}
- a variável ordem de apresentação das matrizes: atribuição de pontos a dois outros na primeira parte do caderno de matrizes (escolhas OO) e depois a si próprio e a um outro na segunda parte do caderno (escolhas PO), atribuição de pontos a si próprio e a um outro na primeira parte do caderno (escolhas PO) e na segunda parte do caderno a dois outros (escolhas OO): OO-PO/PO-OO.

Estas três variáveis experimentais foram manipuladas segundo um plano factorial com três factores que nos define as 8 condições experimentais seguintes:

CI OO-PO : (11 sujeitos)

No cimo da primeira página do caderno das matrizes acrescentou-se:

«Preferiu os quadros de (Klee ou Kandinsky)
Pertence ao grupo (Klee ou Kandinsky)»

No alto de cada página do caderno estava escrito:

«Caderno para (nome do sujeito) do grupo
(Klee ou Kandinsky)¹

Os sujeitos desta condição experimental come-

¹ Ver na fig. 1 exemplos de uma página do caderno de matrizes.

çavam por atribuir pontos a 4 colegas, sendo essas 4 colegas sempre as mesmas para cada turma, e tendo sido escolhidas em função do seu estatuto sociométrico médio, e dos seus resultados escolares médios. Cada outro era identificado pelo seu primeiro nome, e dois deles eram considerados da categoria Klee, sendo os outros dois da categoria Kandinsky. Em cada uma das 16 páginas desta primeira parte do caderno das matrizes, cada sujeito dava pontos a uma colega (identificada) do seu grupo e a uma colega (identificada) do outro grupo (escolha OO). Nas últimas 16 páginas do caderno de matrizes cada sujeito fazia uma auto-atribuição de pontos e atribuía pontos às 4 colegas que referimos anteriormente (em cada matriz dava pontos a si próprio e a um outro identificado e pertencente ao seu grupo ou ao outro grupo: escolhas PO). Ao preencher as 16 primeiras páginas do caderno de matrizes (escolhas OO), os sujeitos não sabiam que nas últimas páginas fariam escolhas do tipo PO. Do mesmo modo, nas outras 7 condições experimentais, quando os sujeitos estavam a fazer um certo tipo de escolhas nas primeiras páginas do caderno (PO ou OO) não sabiam que iriam fazer um outro tipo de escolhas na segunda metade do caderno.

C I PO-OO : (11 sujeitos)

Esta condição diferia apenas da primeira na ordem em que eram apresentadas as escolhas, começando agora os sujeitos pelas escolhas PO e terminando nas escolhas OO.

C \bar{I} OO-PO : (11 sujeitos)

No cimo da primeira página do caderno de matrizes acrescentou-se:

«Preferiu os quadros de (Klee ou Kandinsky) Para que as suas respostas sejam anónimas, designámos as pessoas por números.

Você será o (n.º 33 do grupo Klee ou (n.º 57 do grupo Kandinsky)»

No cimo de cada página do caderno estava escrito:

Para a pessoa (n.º 33 do grupo Klee ou (n.º 57 do grupo Kandinsky)»

Os sujeitos desta condição começavam pelas escolhas OO e terminavam nas escolhas PO. Nas escolhas OO, os sujeitos atribuam pontos a 4 outros anónimos; 2 destes estavam assinalados como pertencentes à categoria Klee (n.º 34 e n.º 36) e os restantes 2 como pertencentes à categoria Kandinsky (n.º 51 e n.º 59). Em cada uma das 16 matrizes referentes às escolhas OO, cada sujeito atribuía pontos a um outro anónimo do seu grupo e a um outro anónimo do outro grupo. Nas escolhas PO, os sujeitos auto-atribuíam-se pontos e atribuam pontos aos 4 outros anónimos que já definimos (em cada matriz, os pontos eram para si próprio e para um outro que era anónimo e que pertencia ao seu grupo ou ao outro grupo).

C \bar{I} PO-OO : (11 sujeitos)

Esta condição difere apenas da anterior na ordem em que são apresentadas as escolhas, começando agora pelas escolhas PO e terminando nas escolhas OO.

C \bar{I} OO-PO : (11 sujeitos)

No cimo da primeira página dos cadernos de matrizes acrescentou-se:

«Para que as suas respostas sejam anónimas, designámos as pessoas por números.

Você será o (n.º 37 ou (n.º 53)»

No cimo de cada página do caderno estava escrito:

«Caderno para a pessoa (n.º 37 ou (n.º 53)»

Os sujeitos desta condição começavam pelas escolhas OO e terminavam com as escolhas PO. Nas escolhas OO, os sujeitos atribuam pontos a 4 outros anónimos, as pessoas n.º 34, n.º 36 e n.º 51, n.º 59. Em cada uma das matrizes para as escolhas OO, cada sujeito dava pontos a um outro anónimo

cujo número começava por 3, e a um outro anónimo cujo número começava por 5. Nas escolhas PO, os sujeitos auto-atribuíam-se pontos e atribuíam pontos aos 4 outros referidos acima (em cada matriz, os pontos eram para si próprio e para outro anónimo cujo número começava por 3 ou por 5).

$\bar{C}IPO-OO$: (11 sujeitos)

Esta condição difere apenas da anterior na ordem de apresentação das escolhas que agora se iniciam pelas escolhas PO, terminando os sujeitos com as escolhas OO.

$\bar{C}IOO-PO$: (11 sujeitos)

Nesta condição como na seguinte não se acrescenta nada à página das instruções, mas no alto de cada página do caderno está escrito o primeiro

nome do sujeito.

Os sujeitos desta condição começam por efectuar as escolhas OO e terminam com as escolhas PO. Nas escolhas OO, os sujeitos atribuíam pontos aos mesmos 4 outros de cada turma que nas condições C I (outros identificados); no entanto, nem estes outros nem o próprio estavam relacionados com nenhuma das categorias. Nas escolhas PO os sujeitos auto-atribuíam-se pontos e davam pontos aos 4 outros referidos acima (em cada matriz, os pontos eram para si próprios e para um outro identificado pelo seu nome mas não categorizado).

$\bar{C}IPO-OO$: (11 sujeitos)

A única diferença da condição anterior é a inversão das ordens de escolha, que neste caso é PO e depois OO.

Exemplo de uma página do caderno utilizado para as escolhas PO

Caderno para a pessoa nº 33 do grupo Klee

Estes números são pontos para:
 Si próprio, pessoa nº 33 do grupo Klee
 A pessoa nº 51 do grupo Kandinsky

19	18	17	16	15	14	13	12	11	10	9	8	7
1	3	5	7	9	11	13	15	17	19	21	23	25

Escreva de seguida os pontos do elemento que escolheu:
 Pontos para si próprio, pessoa nº 33 do grupo Klee _____
 Pontos para a pessoa nº 51 do grupo Kandinsky _____

Exemplo de uma página do caderno utilizado para as escolhas OO

Caderno para a pessoa nº 33 do grupo Klee

Estes números são pontos para:
 A pessoa nº 59 do Grupo Kandinsky
 A pessoa nº 36 do grupo Klee

25	23	21	19	17	15	13	11	9	7	5	3	1
19	18	17	16	15	14	13	12	11	10	9	8	7

Escreva em seguida os pontos do elemento que escolheu:
 Pontos para a pessoa nº 59 do grupo Kandinsky _____
 Pontos para a pessoa nº 36 do grupo Klee _____

FIGURA 1. – Exemplos de páginas de cadernos de matrizes

Matrizes de tipo 1: RMC versus RMGP/PM + DM

19	18	17	16	15	14	13	12	11	10	9	8	7
1	3	5	7	9	11	13	15	17	19	21	23	25

Escolha OO	Escolha PO		
GP GO	P GP P GO		
GO GP	GP P GO P		

Neste tipo de matriz,

Neste tipo de matriz, RMC está à direita; RMGP/PM + DM estão também à direita se considerarmos que a linha inferior tem os pontos para o grupo-próprio (GP) ou para o próprio (P), mas encontram-se à esquerda se considerarmos que os pontos para GP ou para P estão na linha de cima.

Matrizes de tipo 2: DM versus RMGP/PM + RMC

7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
1	3	5	7	9	11	13	15	17	19	21	23	25

Escolha OO	Escolha PO		
GP GO	P GP P GO		
GO GP	GP P GO P		

Neste tipo de matriz, RMGP/PM + RMC estão à direita; DM está também à direita se considerarmos que a linha de baixo tem os pontos para GP ou P, mas encontra-se à esquerda se considerarmos os pontos para GP ou P na linha de cima.

FIGURA 2. – Matrizes utilizadas (segundo Tajfel e col., 1971)

As matrizes

Como já vimos, os cadernos de matrizes eram constituídos por 32 páginas com uma matriz por página.

Com a ajuda destas matrizes podemos testar as diferentes estratégias utilizadas pelos sujeitos, e que são:

- RMC – Recompensa Máxima Comum (correspondendo numa matriz à escolha do elemento cujo total de pontos é o mais elevado);
- RMGP – Recompensa Máxima para o Grupo-Próprio (escolha, numa matriz, do elemento que corresponde ao maior número de pontos que um sujeito pode atribuir ao Grupo-Próprio);
- PM – Máximo para o Próprio (escolha numa matriz do elemento que corresponde ao maior número de pontos que um sujeito se pode auto-atribuir);
- DM – Diferença Máxima (escolha, numa matriz, do elemento que corresponde à maior

diferença possível, quer esta seja entre os números atribuídos aos membros dos dois grupos, diferença a favor do grupo-próprio, quer entre os números atribuídos ao próprio e ao outro, diferença a favor do próprio, o que designamos respectivamente, por favoritismo relativo a favor do grupo-próprio e auto-favoritismo relativo).

As respostas dadas pelos sujeitos nas matrizes permitem medir a preferência dos sujeitos por certas estratégias na atribuição dos pontos. Os dois tipos de matrizes utilizados permitem-nos medir a influência das diferentes estratégias nas escolhas dos sujeitos (ver figura 2 que ilustra os diferentes tipos de matrizes utilizadas).

As matrizes de tipo 1 permitem-nos medir a preferência por RMGP + DM sobre RMC (favoritismo pelo grupo-próprio) e a preferência por RMC sobre RMGP + DM (Recompensa Máxima Comum) nas escolhas OO e a preferência por PM + DM sobre RMC (autofavoritismo) e por RMC sobre

PM + DM (Recompensa Máxima Comum) nas escolhas PO.

As matrizes de tipo 2 permitem-nos medir a preferência por RMGP + RMC sobre DM (favoritismo absoluto pelo grupo-próprio) e de DM sobre RMGP + RMC (favoritismo relativo pelo grupo-próprio) nas escolhas OO; e a preferência por PM + RMC sobre DM (autofavoritismo absoluto) e de DM sobre PM + RMC (autofavoritismo relativo), nas escolhas PO¹.

Nas escolhas OO (16 páginas), cada matriz era apresentada quatro vezes sob a forma mencionada na figura 2 e quatro vezes com as colunas e as linhas invertidas. Nas escolhas PO (16 páginas), do mesmo modo, cada matriz era apresentada quatro vezes como na figura 2, e quatro vezes com as linhas e as colunas invertidas. É de referir ainda que tanto nas escolhas OO como nas escolhas PO a ordem de apresentação das matrizes era feita ao acaso.

RESULTADOS

A análise das matrizes, idêntica à utilizada por Brown e Deschamps (1980-1981) e por Deschamps e Personnaz (1979), é inspirada na que Turner utilizou em 1978. Para cada tipo de matriz podemos ver (fig. 2) que as escolhas ótimas para as diferentes estratégias (ou variáveis) ou coincidem todas numa extremidade da matriz, ou se encontram nas duas extremidades da matriz consoante, nas escolhas OO, os números da linha superior sejam para um membro do grupo-próprio ou do grupo-dos-outros e os da linha inferior para um membro do grupo-dos-outros ou do grupo-próprio (e, nas escolhas PO, os números da linha de cima

estejam para o próprio ou para um outro, e os da linha de baixo para um outro ou para o próprio). Assim, para cada tipo de matriz é possível comparar as respostas dos sujeitos quando todas as escolhas ótimas coincidem num extremo da matriz com as respostas obtidas quando as escolhas ótimas se encontram nos dois extremos da matriz. Suponhamos, por exemplo, que queríamos medir a preferência por RMGP + DM sobre RMC para as escolhas OO numa matriz de tipo 1. Neste caso a coluna ou o elemento que contém a escolha para a variável em relação à qual queremos medir a preferência (no nosso exemplo, RMC) é numerado em função do número de espaços que a separam de zero (uma vez que o espaço correspondendo à escolha ótima para a variável em questão – RMC – tem o número 0). Deste modo, para as matrizes do tipo 1, o elemento 7/25 terá o número 0, 13/13 o nº 6 e 19/1 o nº 12, o número máximo. A pontuação de um sujeito quando RMGP, DM e RMC se encontram à direita, ou seja, quando os números de cima correspondem ao grupo-dos-outros e os de baixo ao do grupo-próprio (GO/GP), pode-se comparar com a sua pontuação quando RMC está à direita mas RMGP + DM à esquerda, ou seja, quando os números de cima são para o grupo-próprio e os de baixo para o grupo-dos-outros (GP/GO). Se o primeiro destes resultados (forma GO/GP da matriz) for 1 (elemento 8/23 que está 1 espaço acima da escolha ótima para RMC), e o segundo (forma GP/GO da matriz) for 6 (elemento 13/13 que está 6 espaços acima da escolha ótima para RMC), então o facto de deslocar RMGP + DM para o outro lado da matriz em relação a RMC, modifica a escolha deste sujeito em 5 elementos. A preferência por RMGP + DM sobre RMC é, neste caso, de 5. A preferência pelas outras variáveis é medida da mesma forma, sendo sempre zero a escolha ótima para a variável em relação à qual se mede a preferência.

Escolha OO

Encontramos no quadro 1 as médias das preferências pelas diferentes variáveis para as escolhas OO em função das condições experimentais.

O favoritismo pelo grupo-próprio (preferência por RMGP + DM sobre RMC) e a diferença máxi-

¹ As preferências por RMGP(PM) + DM sobre RMC, bem como por DM sobre RMGP(PM) + RMC indicam claramente uma estratégia visando favorecer o grupo-próprio (ou o próprio); a preferência por RMC sobre RMGP(PM) + DM indica uma estratégia que visa favorecer o conjunto dos indivíduos e o mesmo acontece com a preferência por RMGP(PM) + RMC sobre DM, se ela apontar para uma estratégia com vista a favorecer o grupo-próprio (ou o próprio). A preferência por RMGP(PM) + DM sobre RMC e por DM sobre RMGP(PM) + RMC são, neste caso, considerados indicadores de diferenciação entre grupos ou entre o próprio e o outro, enquanto que a preferência por RMC sobre RMGP(PM) + DM e por RMGP(PM) + RMC sobre DM são indicadores de não-diferenciação.

QUADRO I – Médias das preferências nas diferentes variáveis em função das condições experimentais nas escolhas OO

	Preferência por RMGP +DM sobre RMC	Preferência por RMC sobre RMGP +DM	Preferência por RMGP +RMC sobre DM	Preferência por DM sobre RMGP +RMC
C I OO-PO	3,318	-0,182	1,136	3,500
C I PO-OO	4,841	-0,023	-0,614	4,659
C \bar{I} OO-PO	4,250	1,068	3,977	3,295
C \bar{I} PO-OO	1,500	1,045	1,273	1,727
\bar{C} \bar{I} OO-PO	0,932	4,114	6,795	0,705
\bar{C} \bar{I} PO-OO	1,114	0,523	1,068	1,114
\bar{C} I OO-PO	1,295	0,750	1,114	1,523
\bar{C} I PO-OO	0,386	0,386	-0,909	0,273
	2,108	0,960	1,730	2,090

ma a favor do grupo-próprio ou favoritismo relativo pelo grupo-próprio (preferência por DM sobre RMGP + RMC) são, em geral, as estratégias mais importantes nas escolhas dos sujeitos (com médias de 2,108 e 2,09, respectivamente). O favoritismo absoluto pelo grupo-próprio (preferência por RMGP + RMC sobre DM, média = 1,730) e a recompensa máxima comum (preferência por RMGP + RMC sobre DM, média = 0,96) são as estratégias menos importantes nas escolhas dos sujeitos.

Uma análise de variância (plano factorial para 3 factores C vs. \bar{C} × I vs. \bar{I} × OO-PO vs. PO-OO) foi efectuada para cada medida.

Ao nível dos índices de diferenciação (preferência por RMGP + DM sobre RMC e por DM sobre RMGP + RMC), o factor C vs. \bar{C} é a única fonte significativa de variação. De facto, constatamos que:

- o favoritismo pelo grupo-próprio é mais importante na condição C (média = 3,477) que na condição \bar{C} (média = 0,739; $F = 12,068$; g.l. = 1,80; $p < .001$);
- o favoritismo relativo pelo grupo-próprio (preferência por DM sobre RMGP + RMC) é também mais importante na condição C (média = 3,295) que na condição \bar{C} (média =

= 0,903; $F = 11,144$; g.l. = 1,80; $p < .005$)¹.

No que respeita aos índices de não diferenciação ou de recompensa máxima comum (preferência por RMC sobre RMGP + DM e por RMC + RMGP sobre DM), os resultados das análises de variância mostram que:

- a recompensa máxima comum (preferência por RMC sobre RMGP + DM) é mais importante na condição \bar{I} (média = 1,687) do que na condição I (média = 0,233; $F = 4,439$; g.l. = 1,80; $p < .05$); além disso, a interacção dos três factores (C vs. \bar{C} ; I vs. \bar{I} ; PO-OO vs. OO-PO) é significativa (ver as médias no quadro 1; $F = 8,956$; g.l. = 1,80; $p < .005$);

¹ Nas condições \bar{C} \bar{I} , os outros que tinham um número que começava pelo mesmo algarismo que o do sujeito eram considerados membros do grupo-próprio e os que tinham um número que começava por um algarismo diferente do do sujeito eram considerados membros do outro grupo. Nas condições \bar{C} I, considerámos que os outros que eram supostos ter preferido as obras de Klee (na condição C I) eram do grupo-próprio, e os que eram supostos ter preferido as obras de Kandinsky eram do grupo-dos-outros. As análises de variância para RMGP + DM sobre RMC e DM sobre RMGP + DM, invertendo as per- tenças categoriais nas condições \bar{C} \bar{I} e \bar{C} I, dão resultados semelhantes.

- o favoritismo absoluto pelo grupo-próprio (preferência por RMGP + RMC sobre DM) é também mais importante na condição \bar{I} (média = 3,278) do que na condição I (média = 0,182; $F = 12,06$; g.l. = 1,80; $p < .001$); verifica-se, além disso, que este favoritismo absoluto pelo grupo-próprio é mais forte quando os sujeitos começam pelas escolhas OO (condição OO-PO, média = 3,256) do que quando os sujeitos as fazem em último lugar (condição PO-OO, média = 0,205; $F = 11,709$; g.l. = 1,80; $p < .005$).

Estes resultados confirmam a hipótese de uma diferenciação entre grupos (medida pelas variáveis preferência por DM sobre RMGP + RMC e preferência por RMGP + DM sobre RMC) na condição C, e de uma ausência deste tipo de efeito, por definição, na condição \bar{C} . Isto mostra bem, se ainda fosse preciso prová-lo, que a simples indução nos sujeitos da representação de um meio dividido em dois grupos, o seu grupo «mínimo» de pertença e um outro grupo, provoca uma discriminação intergrupos a favor do seu grupo de pertença.

A recompensa máxima comum (preferência por RMC sobre RMGP + DM) e o favoritismo absoluto pelo grupo-próprio confrontadas com os índices de diferenciação, mostram que o favoritismo «comum» é mais importante quando o outro é anónimo (\bar{I}) do que quando ele está identificado (I). Finalmente o favoritismo absoluto pelo grupo-próprio é mais importante quando os sujeitos começam pelas escolhas OO do que quando começam pelas escolhas PO.

Escolhas PO

Encontramos no quadro 2 as médias das preferências nas diferentes variáveis para as escolhas PO em função das condições experimentais.

O autofavoritismo absoluto (preferência por PM + RMC sobre DM) é a estratégia ou a variável globalmente mais importante nas escolhas PO (média = 2,347). Encontramos em seguida, e por esta ordem, a estratégia ou a variável do autofavoritismo (preferência por PM + DM sobre RMC, média = 1,923), a do autofavoritismo relativo (pre-

ferência por DM sobre PM + RMC, média = 1,75) e finalmente, tal como nas escolhas OO, a estratégia da recompensa máxima comum (preferência por RMC sobre PM + DM, média = 1,179).

Uma análise de variância (plano factorial para 4 factores: C vs. \bar{C} × I vs. \bar{I} × OO-PO vs. PO-OO × GP (grupo-próprio) vs. GO (grupo-dos-outros), com aparelhamento neste último factor) foi elaborado para cada medida.

Diferenciação do próprio em relação ao outro nas escolhas PO

As três primeiras fontes de variação das análises de variância (C vs. \bar{C} , I vs. \bar{I} , OO-PO vs. PO-OO), bem como as suas interacções duplas e triplas referem-se à diferenciação entre o próprio e o outro, e não consideram a pertença categorial deste outro relativamente à pertença categorial do próprio. É esta diferenciação do próprio em relação ao outro nas escolhas PO que iremos agora analisar.

No que se refere à discriminação do próprio em relação ao outro e aos seus índices (preferência por PM + DM sobre RMC e de DM sobre PM + RMC), verificamos que:

- o autofavoritismo (preferência por PM + DM sobre RMC) é significativamente mais forte quando os outros estão categorizados (se bem que a este nível de análise a pertença categorial do outro em relação à pertença categorial do próprio não seja considerada) do que quando não estão categorizados (média para a condição C = 3,125; média para a condição \bar{C} = 0,722; $F = 7,435$; g.l. = 1,80; $p < .01$). Além disso, a interacção tripla (C vs. \bar{C} × I vs. \bar{I} × OO-PO vs. PO-OO) mostra que o autofavoritismo nas condições de categorização (C) é mais elevado nas condições identificado (I) quando os sujeitos começam pelas escolhas PO do que quando começam pelas escolhas OO e é mais baixo nas condições anónimo (\bar{I}) quando os sujeitos começam pelas escolhas PO do que quando começam pelas escolhas OO, enquanto que nas condições de não categorização (\bar{C}) sucede o inverso (ver as médias no quadro 2; $F = 4,389$; g.l. = 1,80; $p < .01$);

— o autofavoritismo relativo (preferência por DM sobre PM + RMC) não é significativamente diferente em função das variáveis independentes ou em função das interações entre estas variáveis.

Ao nível dos índices de não diferenciação ou de recompensa máxima comum (preferência por PM + RMC sobre DM e por RMC sobre PM + DM), as análises de variância mostram que:

QUADRO II — Médias das preferências nas diferentes variáveis em função das condições experimentais nas escolhas PO

	Preferência por PM + DM sobre RMC	Preferência por RMC sobre PM + DM	Preferência por PM + RMC sobre DM	Preferência por DM sobre PM + RMC
C I OO-PO (GP)	1,773	-0,136	0,045	-0,500
» » » (GO)	2,318	-0,136	0,818	2,727
» » » T	2,045	-0,136	0,432	1,114
C I PO-OO (GP)	2,545	2,818	3,727	0,727
» » » (GO)	4,727	0,727	1,955	5,045
» » » T	3,636	1,773	2,841	2,886
C Ī OO-PO (GP)	2,313	0,955	3,227	1,318
» » » (GO)	5,227	0,409	2,500	3,136
» » » T	3,773	0,682	2,864	2,227
C Ī PO-OO (GP)	2,773	1,318	2,727	2,091
» » » (GO)	3,318	0,955	3,182	3,273
» » » T	3,045	1,136	2,955	2,682
C̄ Ī OO-PO (GP)	-1,591	4,773	6,909	-0,909
» » » (GO)	-1,227	4,955	6,545	0,545
» » » T	-1,409	4,864	6,727	-0,182
C̄ Ī PO-OO (GP)	0,864	0,136	-0,136	2,045
» » » (GO)	0,682	-0,136	2,091	1,364
» » » T	0,773	0,000	0,977	1,705
C̄ Ī OO-PO (GP)	2,864	-0,409	2,636	2,000
» » » (GO)	3,545	0,818	2,000	2,545
» » » T	3,205	0,205	2,318	2,273
C̄ Ī PO-OO (GP)	-0,136	1,591	-0,273	0,636
» » » (GO)	0,773	0,227	-0,409	1,955
» » » T	0,318	0,909	-0,341	1,295
	1,923	1,179	2,347	1,750

- o autofavoritismo absoluto (preferência por PM+RMC sobre DM) é mais importante quando outro é anônimo (\bar{I} , média=1,313; $F=6,614$; g.l.=1,80; $p<.025$). Verifica-se ainda que nas condições de categorização (C), este autofavoritismo absoluto é mais forte quando os sujeitos começam pelas escolhas PO (média=2,898) do que quando começam pelas escolhas OO (média=1,648), contrariamente ao que se passa nas condições de não categorização (\bar{C}), onde o índice de autofavoritismo absoluto é menor quando os sujeitos começam pelas escolhas PO (média=0,318), do que quando começam pelas escolhas OO (média=4,523; $F=11,501$; g.l.=1,80; $p<.005$);
- a recompensa máxima comum (preferência por RMC sobre PM+DM), nas condições de categorização (C) é maior quando os sujeitos começam pelas escolhas PO (média=1,455) do que quando começam pelas escolhas OO (média=0,273), enquanto que nas condições de não categorização (\bar{C}) se verifica o contrário (ordem PO-OO, média=0,455; ordem OO-PO, média=2,534; $F=7,32$; g.l.=1,80; $p<.01$); nas condições identificado (I), este índice de recompensa máxima comum também é maior quando os sujeitos começam pelas escolhas PO (média=1,134) do que quando começam pelas escolhas OO (média=0,034), acontecendo o contrário para as condições anônimo (\bar{I}), onde a recompensa máxima comum é menor quando os sujeitos começam pelas escolhas PO (média=0,569), do que quando começam pelas escolhas OO (média=2,773; $F=8,487$; g.l.=1,80; $p<.005$).

Diferenciação categorial nas escolhas PO

O efeito simples das nossas medidas emparelhadas (grupo-próprio vs. grupo-dos-outros), bem como a interacção deste factor com as três principais fontes de variação das nossas análises de variância (interacções com os factores C vs. \bar{C} , I vs. \bar{I} , OO-PO vs. PO-OO) referem-se ao efeito intergrupual nas escolhas Próprio/Outro. É esta diferenciação intergrupos ou categorial que vamos abordar em seguida.

Ao nível dos índices de diferenciação do pró-

prio em relação ao outro (preferência por PM+DM sobre RMC e por DM sobre PM+RMC), verificamos que:

- o autofavoritismo (preferência por PM+DM sobre RMC) é significativamente mais importante quando o outro é um membro do grupo-dos-outros do que quando pertence ao grupo do sujeito (efeito simples GP vs. GO: $F=4,501$; g.l.=1,80; $p<.05$; média do autofavoritismo quando o outro é membro do grupo-dos-outros: 2,420; média do autofavoritismo quando o outro é membro do grupo-próprio: 1,426);
- o autofavoritismo relativo (preferência por DM sobre PM+RMC) é também maior quando o outro é membro do grupo-dos-outros do que quando pertence ao grupo-próprio (efeito simples GP vs. GO: $F=17,651$; g.l.=1,80; $p<.0005$; média do autofavoritismo relativo quando o outro é membro do grupo-dos-outros: 2,574; média do autofavoritismo relativo quando o outro é membro do grupo-próprio: 0,926). Além disso, a interacção dos factores GP vs. GO \times C vs. \bar{C} mostra que este autofavoritismo relativo é importante nas condições de categorização (média deste índice nas condições de categorização \times grupo-próprio: 0,909; média deste índice nas condições de categorização \times grupo-dos-outros: 3,545), e não existe, como era de esperar, nas condições de não-categorização (média deste índice nas condições de não-categorização \times grupo-próprio: 0,943; condições de não-categorização \times grupo-dos-outros: 1,602; o F é de 6,354 para esta interacção; g.l.=1,80; $p<.025$).

Em relação à diferenciação categorial nos índices de autofavoritismo absoluto (preferência por PM+RMC sobre DM) e de recompensa máxima comum (preferência por RMC sobre PM+DM) nas escolhas PO, podemos apenas constatar que o efeito simples grupo-próprio vs. grupo-dos-outros, do mesmo modo que as interacções entre este factor e as outras fontes de variação, não nos permitem pôr em evidência nenhuma diferença significativa ao nível $\alpha=.05$.

Uma primeira série de resultados refere-se ao

efeito da diferenciação a favor do grupo-próprio nas escolhas PO. Verifica-se, como era de esperar, que a diferenciação entre o próprio e o outro é mais importante quando o outro é membro do grupo-dos-outros do que quando pertence ao grupo-próprio (preferência por PM+DM sobre RMC e por DM sobre PM+RMC). Além disso, verifica-se que quando não há indução experimental da representação de um universo dicotomizado (condição \bar{C}), a diferenciação entre o próprio e o outro é sensivelmente da mesma grandeza que a que se manifesta entre o próprio e os membros do seu grupo de pertença na condição C (preferência por DM sobre PM+RMC).

Parecem-nos, no entanto, mais importantes os resultados que se referem à diferenciação do próprio em relação ao outro nas escolhas PO. Uma primeira constatação é a de que o autofavoritismo (preferência por PM+DM sobre RMC) é maior quando o próprio é confrontado com indivíduos categorizados (sem ter em conta, a este nível, a pertença categorial destes outros) do que quando estes outros não são definidos por uma pertença categorial. Por último, o favoritismo «comum» medido pela variável da recompensa máxima comum (preferência por RMC sobre PM+DM) e do autofavoritismo absoluto (preferência por RMC+PM sobre DM) mostra, tal como nas escolhas OO, que a preferência por RMC+PM sobre DM é maior quando o outro é anónimo (\bar{I}) do que quando está identificado(I); (no entanto, o facto deste factor não ser significativo para a preferência por RMC sobre PM+DM permite-nos pensar que este resultado se deve, sobretudo, à preferência por PM). Por outro lado, quando os sujeitos começam pelas escolhas PO, o favoritismo comum é mais importante quando os outros estão identificados (I) e definidos pela sua pertença categorial (C) enquanto que nas condições de não-categorização (\bar{C}) e em que os outros são anónimos (\bar{I}), e quando os sujeitos fazem as escolhas PO em último lugar que o favoritismo comum é maior.

DISCUSSÃO

A primeira observação que os nossos resultados sugerem é a de que as hipóteses avançadas por Turner não parecem validadas. Mais do que isso, a única vez que encontramos, entre todas as medidas

feitas, um efeito simples significativo do factor ordem de apresentação das matrizes, ele não vai no sentido das predições que se poderiam fazer na perspectiva de Turner. Com efeito, verificámos que os sujeitos têm mais tendência a utilizar uma estratégia de favoritismo comum ao nível das escolhas intergrupos quando começam por estas escolhas entre grupos do que quando as fazem em último lugar. Se observarmos os resultados obtidos nas escolhas PO ao nível dos índices de favoritismo comum, parece evidente que os resultados obtidos por Turner se devem sobretudo ao facto de que nas suas experiências, os outros eram anónimos em relação a todos os sujeitos.

O favoritismo comum nas condições de categorização, bem como nas do outro identificado é maior quando os sujeitos começam pelas escolhas PO do que quando terminam com essas escolhas, verificando-se exactamente o contrário nas condições de não-categorização e naquelas em que o outro é anónimo. Este paralelismo do efeito dos factores categorização/não-categorização e outro identificado/outro anónimo sobre a variável ordem de apresentação das matrizes, leva-nos a pensar que os resultados de Turner são realmente devidos ao facto deste autor se referir a condições em que o outro é sempre anónimo, o que segundo a nossa hipótese, poderia esconder, em certas condições, (quando os sujeitos começam pelas escolhas PO) a dimensão intergrupos sob o simples efeito da categorização em termos de Próprio/Outro.

Há um outro aspecto que também merece ser aqui discutido: é o facto de que, tanto nas escolhas OO como nas escolhas PO, o favoritismo comum ser maior quando o outro é anónimo do que quando ele está identificado. Para além desta simples constatação, pensamos que este resultado nos indica que a diferenciação entre grupos, como a que encontramos entre o próprio e o outro, é mais importante quando o outro está identificado uma vez que, nestas condições, a preferência pelo favoritismo comum é menor do que quando o outro é anónimo. Em última análise, e isso não nos parece impossível, o facto de o outro ser identificado, tenderá a acentuar os mesmos efeitos de diferenciação categorial, que se podem observar nos grupos mínimos.

Finalmente, o resultado mais interessante, quanto a nós, é o que diz respeito ao efeito do factor categorização/não-categorização. Embora a constatação de que a discriminação a favor do gru-

po de pertença é maior na condição de categorização do que na de não-categorização possa parecer banal, já não o será verificar que a diferença entre o próprio e o outro é maior nas condições de categorização do que nas de não-categorização. Os resultados da interacção tripla entre as três variáveis experimentais não nos ajudam a interpretar este resultado, mas parece-nos que os sujeitos só estabelecem uma discriminação entre o próprio e o outro quando se podem referir a uma situação onde existe uma divisão dos indivíduos segundo um grupo-dos-outros e um grupo-próprio. Aliás, Turner (1975b) obteve resultados semelhantes, pois afirma na sua tese, sem retirar daí quaisquer consequências, que «os sujeitos não-categorizados são mais altruístas em relação aos outros do que os sujeitos categorizados» (p. 289) e que «a categorização *per se* aumenta o autofavoritismo» (p. 292). No entanto, o modelo teórico que este autor propõe não consegue explicar estes resultados: de acordo com o pressuposto do «desejo» de uma auto-avaliação positiva, quando os sujeitos estabelecem uma distinção entre o próprio e o outro, não se deveria observar discriminação entre grupos e, pela mesma razão, quando os sujeitos fazem uma diferenciação entre grupos, os fenómenos de identificação com o grupo de pertença deveriam eliminar a diferenciação entre o próprio e os membros do seu grupo. O que nos parece é que estes resultados se organizam em função de uma hipótese mais estrutural como uma «covariação» das diferenciações entre grupos e entre o próprio e o outro. Recordaremos, para terminar, que já tivemos oportunidade de sugerir (ver Deschamps, 1979, 1980, 1982; Deschamps e Lorenzi, 1981) que se verifica um processo geral de «centrismo» cognitivo quando se induz nos sujeitos a representação de um universo dicotomizado, dividido em duas categorias mutuamente exclusivas. Partindo deste pressuposto, tanto o favoritismo pelo grupo-próprio (que poderíamos designar a título provisório por «sociocentrismo» como autofavoritismo (de designaríamos paralelamente por «egocentrismo») aumentariam sempre que uma categorização adquirisse maior saliência. Digamos que a posição teórica de base que nos serviu de orientação foi a de que, tendo em conta o estado dos estudos neste domínio, nos parecia que os sistemas culturais poderiam conter grandes contradições entre «universais» (isto é, entre os valores que são supostos inspirar os comportamentos de cada um).

Ao nível das relações intergrupos, uma destas tensões (ou contradições aparentes) seria a que existe entre solidariedade e competição ou concorrência. De facto, como dizíamos no princípio deste artigo, os resultados das investigações sobre a categorização social (por exemplo Tajfel e col., 1971) mostram que os comportamentos dos sujeitos são regidos por normas de favoritismo em relação ao seu grupo de pertença mas também de equidade. Assim, a nossa hipótese principal é de que as tensões ou contradições sociais que se verificam a diferentes níveis estão ligadas e que, ao nível das relações entre o próprio e o outro, se encontra uma tensão semelhante à que é posta em evidência nas relações intergrupos; esta tensão já não seria em termos de solidariedade/competição, mas em termos de fusão/individualização. Mais do que a simples referência a estas diferentes normas antagónicas que orientam o comportamento dos sujeitos, o nosso objectivo é mostrar que estes diferentes sistemas contraditórios estão ligados e variam em conjunto (ou covariam) e que basta reforçar experimentalmente o pólo da competição (ou concorrência, divergência, exclusão, reforçando por exemplo, como vimos atrás, a saliência da categorização induzida numa situação experimental) para que os sujeitos sejam mais atraídos pelo pólo da individualização (ou diferenciação do próprio em relação ao outro) e vice-versa.

*Tradução de LUÍSA LIMA
Assistente de Psicologia Social
no ISCTE*

RESUMO

Après avoir rappelé la thèse avancée par Tajfel puis Turner et qui établit un lien entre identité et catégorisation sociale, nous avons certaines réinterprétations d'une recherche effectuée dans cette optique. Nous rapportons alors une recherche expérimentale conduite à partir de ces quelques réflexions et dont les résultats nous permettent de poser les bases d'un modèle de l'identité dans lequel différenciations entre soi et autrui et entre groupes covariant.

REFERÊNCIAS

- BROWN, R. e DESCHAMPS, J.-C. (1980-81) – «Discriminations entre individus et entre groupes», *Bulletin de Psychologie*, 34, 185-195.
- BRUNER, J. S. (1957) – «On perceptual readiness», *Psychological Review*, 64, 123-152.
- BRUNER, J. S. (1958) – «Les processus de préparation à la perception», in J. S. Bruner, F. Resson, A. Morf & J. Piaget (Eds.), *Logique et perception*. Paris: P.U.F.
- DESCHAMPS, J.-C. (1979) – «Différenciation catégorielle et différenciation de soi par rapport à autrui», *Recherches de Psychologie Sociale*, 1, 29-38.
- DESCHAMPS, J.-C. (1980) – «Différenciations inter-individuelles et inter-groupes», in P. Tap (Ed.), *Identité individuelle et personnalisation*. Toulouse: Privat.
- DESCHAMPS, J.-C. (1982) – «Différenciations entre soi et autrui et entre groupes» in J.-P. Codol & J.-P. Leyens (Eds.), *Cognitive analysis of social behaviour*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers.
- DESCHAMPS, J.-C. & PERSONNAZ, B. (1979) – Etudes entre groupes «dominants» et «dominés»: Importance de la présence du hors-groupe dans les discriminations évaluatives et comportementales. *Social Science Information*, 18, 269-305.
- DESCHAMPS, J.-C. & LORENZI, F. (1981) – «Egocentrisme» et «sociocentrisme» dans les relations entre groupes. Recherche expérimentale. *Revue Suisse de Psychologie Pure et Appliquée*, 40, 108-131.
- FERGUSON, C. K. & KELLEY, H. H. (1966) – «Signifiant factors in over-evaluation of own group's product», *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 69, 223-228.
- FESTINGER, L. (1954) – «A theory of social comparison process», *Human Relations*, 7, 117-140.
- LE VINE, R. A. & CAMPBELL, D. T. (1972) – *Ethnocentrism: theories of conflict, ethnic attitudes and group behavior*. London: Wiley.
- SHERIF, M. (1966) – *In common predicament. Social psychology of intergroup conflict and cooperation*. Boston: Houghton Mifflin.
- SHERIF, M. et al. (1961) – *Intergroup conflict and cooperation, the Robber's cave experiment*. Oklahoma: Norman.
- TAJFEL, H. (1959) – «Quantitative judgment in social perception», *British Journal of Psychology*, 50, 16-29.
- TAJFEL, H. (1970) – «Experiments in intergroup discriminations», *Scientific American*, 223, 96-102.
- TAJFEL, H. (1972) – La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale*. Paris: Larousse, vol. 1.
- TAJFEL, H., BILLING, M. G., BUNDY, R. P. & FLAMENT, C. (1971) – «Social categorization and intergroup behaviour», *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- TAJFEL, H. & WILKES, A. L. (1963) – Classification and quantitative judgment. *British Journal of Psychology*, 54, 101-114.
- TURNER, J. C. (1975a) – Social comparison and social identity: Some prospects for intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 5, 5-34.
- TURNER, J. C. (1975b) – *Social categorization and social comparison in intergroup relation*. Bristol: University of Bristol, Phd.
- TURNER, J. C. (1978) – Social categorization and social discrimination in the minimal group paradigm. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups*. London: Academic Press.